



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARÁ - CREA-PA
CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA – CEEE

REUNIÃO: ORDINÁRIA Nº 07/2017

DECISÃO: 193/2017 - CEEE

PROCESSO: 23248898/2016

INTERESSADO: EQUITRON SISTEMAS EIRELI - EPP

EMENTA: Dispõe sobre a manutenção do Auto de Infração, lavrado por violação ao artigo 1º, da Lei Federal nº 6.496, de 07 de dezembro 1977.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Pará – CREA-PA, apreciando o assunto em epígrafe, que trata de infração ao artigo 1º, da Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro 1977. Considerando: o que dispõe o Artigo 2º da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; o artigo 5º da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; o Artigo 3º e 6º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; o Parágrafo Único do artigo 7º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; o Parágrafo Primeiro do artigo 8º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; o artigo 17, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004. o artigo 6º e 7º, da Lei Federal nº 5.194, de 24 dezembro 1966. o Parágrafo único do artigo 8º, da Lei Federal nº 5.194, de 24 dezembro 1966; a obrigatoriedade de ART, conforme disposto no artigo 1º, da Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro 1977; a capitulação da penalidade da infração na alínea “a”, do artigo 73 da Lei 5.194/66; o parágrafo 2º, do Artigo 3º e 6º, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004; que conforme o parágrafo 2º do artigo 11, da Resolução 1.008, de 09 de dezembro de 2004, após lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais; que a infração foi enquadrada no artigo 1º, da Lei Federal nº 6.496, de 7 de dezembro 1977; que foram apresentadas as provas circunstanciais ou elementos comprobatórios do fato denunciado; que o interessado apresentou defesa, mas que essa não descaracteriza a autuação lavrada. **DECIDIU**, por unanimidade, pela manutenção do Auto de Infração, devendo a multa ser paga no valor estipulado, e a empresa notificada a cumprir com o dever que a lei lhes impõe (Registro de ART), pagando as taxas necessárias. Coordenou a sessão a Senhora Conselheira Eng. Eletricista. Beatriz Ivone Costa Vasconcelos. O processo foi relatado pelo Eng. Eletricista. Mário Couto Soares. Votaram favoravelmente os (as) Senhores (as) Conselheiros (as): Eng. Eletricista. Beatriz Ivone Costa Vasconcelos, Eng. Eletricista. Mário Couto Soares, Eng. Eletricista. Fernando Augusto Silva de Lima. Não houveram abstenções e nem votos contrários. Cientifique-se e cumpra-se.

Belém – PA, 28 de setembro de 2017.

Eng. Eletricista. Beatriz Ivone Costa Vasconcelos
Coordenadora da CEEE